

## LUTA PELA TERRA E REPRODUÇÃO CAMPONESA NO SUDOESTE DA BAHIA<sup>1</sup>

Suzane Tosta Souza<sup>2</sup>

### Resumo

Esta pesquisa analisa o processo da reprodução camponesa e suas expressões territoriais no Sudoeste da Bahia, enquanto uma singularidade que só pode ser explicada na totalidade, neste caso, a partir da compreensão das contradições do desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo. Buscando o entendimento da realidade brasileira, e mais especificamente no Sudoeste da Bahia, considera-se que este campesinato se reproduz a partir das seguintes formas: por meio da permanência frente ao processo de modernização implementado pelo Estado no território; ou a partir da organização dos movimentos sociais de luta pela terra que, através da ocupação, recriam as possibilidades de retorno ao campo para trabalhadores rurais e urbanos, camponeses sem-terra e desempregados. Esta realidade permite-nos afirmar a reprodução dos camponeses enquanto classe na sociedade do capital, e o acirramento dos conflitos existentes entre as classes sociais no campo brasileiro, que em seus interesses antagônicos, enfrentam-se e se contradizem nos diversos territórios.

**Palavras-chave:** Território, Camponeses, Luta de Classe, Conflitos no Campo, Luta pela Terra.

## STRUGGLE FOR THE LAND AND PEASANT REPRODUCTION IN THE SOUTHWEST OF BAHIA

### Abstract

This research analyzes the process of the peasant reproduction and its territorial expressions in the Southwest of Bahia, while a singularity that can be just explained in the totality, in this case, from the comprehension of the contradictions of the development in the capitalist mode of production in the countryside. Searching the understanding of the

---

<sup>1</sup> Parte das discussões apresentadas pela tese de Doutorado, defendida na Universidade Federal de Sergipe, sob orientação da Profa. DSc. Alexandrina Luz Conceição.

<sup>2</sup> Professora Assistente do Departamento de Geografia. Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais e do Grupo de Estudos Agrários e Urbanos/DG-UESB. suzanetosta@hotmail.com

Brazilian reality, and more specifically in the Southwest of Bahia, it is considered that that peasantry makes from the following forms: by means of the permanence before the modernization process implemented by the State in the territory; or from the organization of the social movements of struggle for the land that, through the occupation, recreate the possibilities of return at the countryside to rural and urban workers, landless farmers and unemployed men. That reality allows us assert the peasants' reproduction, while class in the society of the capital, and the instigation of the existent conflicts among the social classes in the Brazilian countryside, that in their antagonistic interests are confronted and contradicted in the several territories.

**Keywords:** Territory, Peasants, Class Struggle, Conflicts in Countryside, Struggle for the land.

## 1. Introdução

A tese em questão partiu da hipótese da verificação de um processo de reprodução camponesa no Brasil e suas expressões no Sudoeste da Bahia. Tal processo pode ser entendido a partir de um mergulho na totalidade das relações sociais existentes no campo brasileiro, ou seja, enquanto singularidade na totalidade<sup>3</sup>. Ao se afirmar estar ocorrendo um processo de reprodução do campesinato, enquanto classe social<sup>4</sup> tem-se a clareza de que este só pode ser entendido a partir das contradições do modo de produção capitalista no campo<sup>5</sup>; e no caso específico do Brasil baseado em um contexto sócio-histórico contraditório por meio do qual se pode compreender não apenas a recriação do campesinato, mas também a subordinação deste ao modo de produção capitalista<sup>6</sup>. Para isso, antes de tudo, torna-se indispensável uma análise dos sujeitos sociais produtores do espaço agrário brasileiro, suas condições enquanto classes sociais distintas, com interesses antagônicos, e como e quando estes entram em constantes disputas no território.

---

<sup>3</sup> Tomamos por base os estudos elaborados pelo filósofo francês LEFEBVRE, Henri. **La Produccion del Espaço**. 1974.

<sup>4</sup> Definição tomada a partir dos estudos desenvolvidos por SHANIN, Teodor. **La Classe Incomoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

<sup>5</sup> Conforme destacado por OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

<sup>6</sup> Idem. Também MARTINS, José de Souza; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; MARQUES, Marta Inez Medeiros.

A condução de todo processo de construção da tese foi se redefinindo no constante confronto entre as leituras teóricas e a realidade dos trabalhadores assalariados e camponeses, especificamente, no Sudoeste da Bahia. Partimos, inicialmente, de um compromisso social e político frente à realidade destes trabalhadores assalariados e camponeses<sup>7</sup>, sobretudo a partir de contatos, e realizações de pesquisas, junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Regional Sudoeste da Bahia. Posteriormente, buscou-se acompanhar algumas ações do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que passou a se organizar no Sudoeste da Bahia a partir de 2001. Tais atuações, é *mister* destacar, não podem ser compreendidas de forma isolada, ou como resultado de um processo natural de dispensa de força de trabalho do campo, ou como um simples processo migratório do “jeca”<sup>8</sup> camponês em direção as cidades, onde almeja alcançar a tão propagada “modernidade”. O que se assiste no campo brasileiro é um processo de expropriação violenta compartilhada pelo Estado, com utilização de diversos programas de “desenvolvimento”, que ao pretender se tornar predominante teve com um dos principais propósitos – condenar toda e qualquer outra forma de organização social e relações de produção existentes até então, ou subordiná-las a sua lógica produtiva, criando todas as possibilidades para a conversão da terra em uma “falsa” mercadoria, garantia de renda para os grandes latifundiários e de lucros crescentes para os grupos capitalistas que passam a atuar no campo; portanto, em qualquer instância representa um processo de luta de classes. As expressões deste processo e sua materialidade constituem-se de importância fundamental para a análise do geógrafo.

## 2. Metodologia

Partindo, preliminarmente, das orientações teóricas desenvolvidas por Karl Marx (1984), sobretudo, em *O Capital*, bem como de marxistas clássicos como Vladimir I. Lênin (1992) e Rosa Luxemburgo (1985), buscou-se, a partir do método dialético,

---

<sup>7</sup> É importante destacar que desde 1999 estamos em contato com a luta dos trabalhadores rurais e camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Regional Sudoeste da Bahia, a partir da realização de pesquisas nas áreas de assentamentos rurais. Posteriormente este contato ampliou-se com a atuação de outros movimentos sociais no Sudoeste da Bahia, a exemplo do MPA, a partir de 2002. Após este período, passamos a acompanhar algumas ações políticas destes dois movimentos, o que aliada à condição de geógrafa nos levou a buscar entender melhor como este se organizam no território, e o papel político que vêm exercendo, o que remete a análise da luta de classes no campo.

<sup>8</sup> Expressão bastante utilizada no Nordeste Brasileiro para designar, de forma pejorativa, a figura do camponês como atrasado, ignorante e superado, portanto, sinônimo de atraso.

entender como as contradições no modo de produção capitalista se materializam na atualidade no campo brasileiro, especificamente no Sudoeste da Bahia, qual o papel do “sujeito camponês”<sup>9</sup> nesse processo, como constitui sua existência e estratégias de reprodução e resistência.

Tal opção metodológica, em nenhum momento permitiu o engessamento da compreensão da realidade, portanto, não se trata de uma transposição da teoria de Karl Marx para explicar o que se considera “processo de reprodução camponesa” neste início do século 21, até porque este não foi um foco privilegiado nesta análise; mas, de centrar neste arcabouço teórico alguns indicativos no sentido de entender a sociedade capitalista do século 21, com todas as suas contradições sócio-espaciais que se expressam nos conflitos de classe, na luta entre estas classes e na tentativa de supremacia dos interesses de uma classe sobre a outra no campo brasileiro. Mas também, e contraditoriamente, nas possibilidades de enfrentamentos, de resistências e de tentativas de reação à lógica capitalista, cujos exemplos se multiplicam ao longo da história, nas organizações dos trabalhadores, nos movimentos sociais, nos conflitos entre posseiros e latifundiários, dentre outros.

O método não significa, simplesmente, uma aplicação de um modelo, um sistema, uma realidade *a priori*, mas, a perspectiva de método elaborada por Marx<sup>10</sup> e acatada por esta pesquisa, parte da realidade, do movimento da história. Não se trata de uma realidade dada;

(...) Mas a partir deste método agarrar a realidade de modo tal que sua particularidade não resulte subsumida no reducionismo inerente as instâncias teórico-metodológicas. Assim, o método se recria no confronto com a empiria, cuja aparente opacidade é ultrapassada e dissolvida na captação da essência movente” da sociedade. (PAULO NETTO, in: LÊNIN, 1982, p. XX E XXI).

O risco que se corre, obviamente, está na perspectiva de buscar explicar, na prática, como este processo de recriação camponesa ocorre, considerando um arcabouço teórico de abordagem marxiana, já que se desconhece nesta análise, uma teoria que dê conta deste processo (com destaque para as leituras mais clássicas); entretanto, estudos apoiados na leitura marxista (que são desenvolvidos principalmente, após a década de 1960) – quando foi apontado o “não desaparecimento do campesinato”, em diversas partes do mundo, têm levado vários autores, a exemplo de Teodor Shanin (1980, 1993),

<sup>9</sup> Conforme apontado por MARQUES, Marta Inez Medeiros. Atualidade do conceito de camponês. **Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa/PB, 2002.

<sup>10</sup> MARX, Karl. **Contribuição a Crítica da Economia Política**. Tradução Maria Helena Barreiro Alves. Revisão: Carlos Roberto F. Nogueira. – 3 ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2003 -. (Coleção Clássicos).

José de Souza Martins (1994), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1998 e 2001) e outros, a centrarem atenção especial nesse sujeito social.

Os instrumentos utilizados na coleta de dados qualitativos necessários à pesquisa foram obtidos através das entrevistas realizadas de forma individual/familiar ou coletiva. Tais informações são complementares àquelas obtidas a partir de vivências realizadas nas comunidades pesquisadas, nas quais buscou-se acompanhar todas as atividades realizadas pelas famílias camponesas. Dentre as informações adquiridas, foram privilegiadas aquelas referentes ao vínculo das famílias com a terra; o principal significado da terra, sua relação com a garantia do trabalho e a reprodução da família, a história de vidas das famílias (se camponeses, do meio urbano, migrantes, etc.), a forma como organizam as unidades de produção, os cultivos produzidos e as criações – bem como os objetivos de cada uma. Importa o modo, como organizam o trabalho nos lotes (se familiar, coletivo, comunitário, se empregam trabalho assalariado ou arrendam terra, etc.), as etapas do processo de produção – desde o preparo da terra ao modo como se dá o consumo do que é produzido – quais cultivos comercializam e como, onde e o que fazem com o excedente, dentre outras questões fundamentais ao entendimento de como a produção camponesa acontece e de qual a influência do mercado sobre ela (e com que intensidade se dá), dentre outras questões.

### **3. Resultados**

A partir de um procedimento metodológico criterioso buscou-se analisar a trajetória histórica dos trabalhadores rurais e camponeses no/pelo território, no campo brasileiro, e mais especificamente, no Sudoeste da Bahia. Do mesmo modo objetivou-se compreender de que forma o confronto de interesses entre as classes promove o acirramento da luta de classes, cujos resultados se materializam no espaço geográfico. Acredita-se que tal estudo se reveste de fundamental importância no sentido por pensar o campo brasileiro a partir de suas contradições, contrariando os discursos do capital, em curso – que pregam a denominação do agronegócio, da empresa rural e mesmo da pluriatividade. A perspectiva ora apresentada considerou as reais condições de vida daqueles que vivem da terra – os trabalhadores assalariados e camponeses: trata-se, portanto de uma análise que como já destacado pelo método utilizado buscou entender o campo em sua totalidade.

A opção pela teoria crítica marxista fundamentou-se no fato de esta possuir como eixo central a compreensão da realidade a partir das contradições. É neste sentido, que buscou-se compreender o campo brasileiro. Para tanto, tornou-se indispensável retomar a contradição fundamental sobre a qual se sustenta o modo de produção capitalista, qual seja “a natureza social da produção e a apropriação privada daquilo que foi socialmente produzido”, o que acaba levando a um processo de alienação do trabalhador, mediante o produto de seu trabalho. Daí, necessário se fez resgatar os conflitos entre capital x trabalho, que tipo de relação se estabelece entre ambos e as contradições que norteiam este processo. Ao tratar-se de uma pesquisa que teve por finalidade analisar o processo de produção do campo brasileiro, cabe enfatizar, que o desenvolvimento do modo de produção capitalista se faz de forma desigual e combinada, por isso, cabe considerá-lo como contraditório, em sua essência e seu desenvolvimento, assim, necessita tanto de aspectos eminentemente próprios do capitalismo quanto daqueles que lhes são contrários. Por isso, destaca-se a permanência de relações de produção não-capitalistas, mas apropriadas por este modo de produção, como forma de garantia da produção e da reprodução do capital. Nesta análise, nos apoiamos nas leituras de Marx (1984) e Rosa Luxemburgo (1985), bem como em autores como José de S. Martins (1981), Ariovaldo U. de Oliveira (1998) e outros.

No caso do Brasil cabe destacar, ainda que brevemente, as concepções que nortearam os principais pensadores do processo de formação agrária brasileira, cujas direções apontam para diversas perspectivas. Dentre os quais, destacam-se Alberto Passos Guimarães, Caio Prado, Jacob Gorender, José de Souza Martins, Ariovaldo Oliveira, Alexandrina Luz Conceição, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay e outros. Tais estudos apontam para três principais vertentes de pensamento, a primeira englobando aqueles que entendem o processo de formação do espaço brasileiro, e conseqüentemente o campesinato como produto de resquícios feudais – como destaque a análise de Alberto Passos Guimarães, a segunda toma por base a existência de um modo de produção escravista colonial – conforme análise de Jacob Gorender, ou, no caso da terceira perspectiva, a partir do entendimento de que o capitalismo no Brasil, já nasce internacionalizado, partindo do princípio de que o processo de formação brasileira serviu como base para a acumulação capitalista européia – de acordo com o pensamento de José de Souza Martins, Ariovaldo Oliveira, Alexandrina Luz Conceição e outros.

Nesse contexto é *mister* destacar, historicamente, o processo de apropriação privada do espaço agrário brasileiro, cujas expressões recentes são os territórios do

agronégocio. Por outro lado, há (e sempre houve) um processo de luta de classe no território (nos diversos territórios) o que torna a análise das classes sociais fundamental no entendimento das disputas territoriais, que por seu turno, refletem as condições objetivas das classes sociais. Tal debate parte das concepções defendidas por Marx, considerando também os estudos desenvolvidos por Georges Lukács, sobretudo na obra *História e Consciência de Classe*, entre outras leituras mais específicas que discutem o campesinato e a reprodução camponesa, em diversos países, principalmente na América Latina e no Brasil. Com base nessas reflexões e na observação de diversas experiências de permanências e resistências, compreende-se a existência de uma classe camponesa, no tempo e no espaço, conforme apontam os estudos de Teodor Shanin (1979 e 1980), José de Souza Martins (1981, 1994, 1998), Alexandrina Luz Conceição (1991), Ariovaldo U. de Oliveira (1998 e 2001), Marta I. M. Marques (2002) e outros. Ao resgatar as contradições entre as classes na sociedade capitalista, faz-se necessário ainda considerar o papel do Estado enquanto mediador dos conflitos de classe. Para tal compreensão, adotam-se as concepções apresentadas por Marx (1984), Engels (2002) e Lênin (2003).

Ao adentrar no debate das classes sociais e da atuação destas na produção do espaço agrário brasileiro, tornou-se indispensável analisar o processo da apropriação privada do espaço, inicialmente mediante a implantação das capitânicas Hereditárias e das Sesmarias e, posteriormente, com as transformações nas relações de trabalho, a partir da regulamentação da propriedade privada da terra, sobretudo, a partir da Lei das Terras, de 1850, cujos reflexos se estendem na expropriação da classe camponesa do acesso a terra, alimentando os conflitos de classes no campo brasileiro. Deste modo, coube destacar o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e as estratégias do capital para se apropriar do trabalho e dos recursos naturais, analisando sua forma contraditória de desenvolvimento e enfatizando, com base em Oliveira (1998) o processo de Monopolização da produção e de territorialização do capital, nas diversas alianças entre as classes dominantes. Neste momento, foi extremamente oportuno destacar as novas estratégias do capital, com base nos discursos do agronegócio, da pluriatividade e da negação dos conflitos de classes no campo, a começar pelo discurso da não necessidade da reforma agrária.

Nesta análise, cabe destacar a atuação daqueles que se apropriam do território como forma de extrair a renda da terra – os proprietários fundiários, bem como as

alianças que estes estabelecem com os capitalistas, sobretudo no Brasil. Retomou-se, então, a análise de Marx (1984) sobre renda da terra, buscando compreender suas manifestações (capitalistas e não-capitalistas) no campo brasileiro. A apropriação é, sob esse ponto de vista, uma forma de garantir a extração da renda para a classe que controla a terra, mediante a subsunção do trabalho daqueles que não possuem a terra, como também por meio de estratégias de sujeição da renda da terra ao capital, em que a produção camponesa pode ser melhor compreendida.

Ao destacar os conflitos de classes no campo, evidencia-se a luta pelo território, no tempo e no espaço, a partir do confronto entre terra de negócio x terra de trabalho (MARTINS, 1998), territorialidade do capital x territorialidade camponesa (MARQUES, 2002), reprodução do capital x reprodução da vida (CONCEIÇÃO, 2004), modo de produção capitalista x economia camponesa; lógica de mercado x lógica camponesa. Estas ou quaisquer outras denominações espelham as contradições da forma como o modo de produção capitalista se desenvolve no campo brasileiro, e as lutas implementadas, historicamente, pelos camponeses e trabalhadores assalariados, não apenas pela terra, mas também por melhores condições de vida e de trabalho.

Quanto mais avança o turbilhão excludente do modo de produção vigente, contraditoriamente, mais são recriadas as possibilidades concretas de reação a essa lógica e a perspectiva de se pensar sua superação. Por outro lado, – esta é a grande contradição – o capital também se vale das relações camponesas para garantir a sua reprodução. Por isso, o camponês se reproduz. É com base nessa realidade que autores como Abramovay (1992) destacam que a produção camponesa desapareceu, mas não a produção familiar. Contudo, na medida em que avançam os processos de luta pelo/no território, sobretudo a partir da ocupação de terras, via movimentos sociais organizados, estão sendo posta a nu as contradições da sociedade capitalista, e por isso mesmo, pode ser um embrião interessante para se pensar a sua transformação.

O fortalecimento da “economia camponesa” reacende os conflitos de classe no campo, e pode promover uma modificação considerável nas relações de trabalho. Pode-se supor, por exemplo, que o trabalhador se aproprie dos instrumentos do trabalho; esse dado interfere diretamente na apropriação do produto final, o que não acontece na ótica capitalista. São esses processos que buscamos entender na prática, que ocorre na luta dos trabalhadores pelo direito de se apropriar “ao menos em parte” do produto do seu trabalho, ainda que, contraditoriamente estejam subordinados à lógica capitalista (modo



de produção dominante). Trata-se, portanto de compreender as estratégias dos camponeses, no tempo e no espaço, que na subordinação ao capital vão, ao mesmo tempo, se constituindo enquanto sujeitos que constroem a sua própria história. A partir daí, identificam-se elementos capazes de explicar, ao menos em parte, o que está acontecendo no campo e quais os sujeitos sociais que estão, na apropriação dos territórios da vida, promovendo uma nova forma de produção do espaço no campo brasileiro na atualidade.

Ao se analisar comunidades camponesas no Sudoeste da Bahia, tem-se a clareza que não se tratam de realidades que se explicam por si mesmas, mas que fazem parte, nas suas especificidades, de uma totalidade social<sup>11</sup>, que só podem ser explicadas a partir das contradições centrais do modo de produção capitalista e das suas estratégias de desenvolvimento no campo brasileiro, com base na apropriação dos recursos naturais e da força de trabalho humana.

Assim sendo, o eixo central que norteia a discussão é o de reprodução camponesa, na sociedade capitalista, enquanto uma contradição deste modo de produção, que, por sua vez, se apropria do trabalho camponês, a fim de garantir, e mesmo ampliar, a produção e a reprodução do capital. A partir dessa premissa básica é que se pretendeu analisar a permanência e, em alguns casos, a resistência camponesa em algumas comunidades do Sudoeste da Bahia, a fim de que, de acordo com método adotado, se pudesse estabelecer um contato entre teoria e prática, confrontando teoria e empiria, na busca da captação da essência movente da sociedade.

Sob esse ponto de vista, pode-se afirmar que a verdade, ainda que relativa, só pode ser buscada a partir da realidade; não de uma realidade aparente, mas da sua essência, nas suas contradições. A luta dos trabalhadores sem-terra e dos camponeses no Sudoeste da Bahia espelha uma situação de classe, produto de um processo de expropriação dessa classe e das tentativas de apropriação do produto do trabalho por parte daqueles que controlam grande parte dos instrumentos de produção – os

---

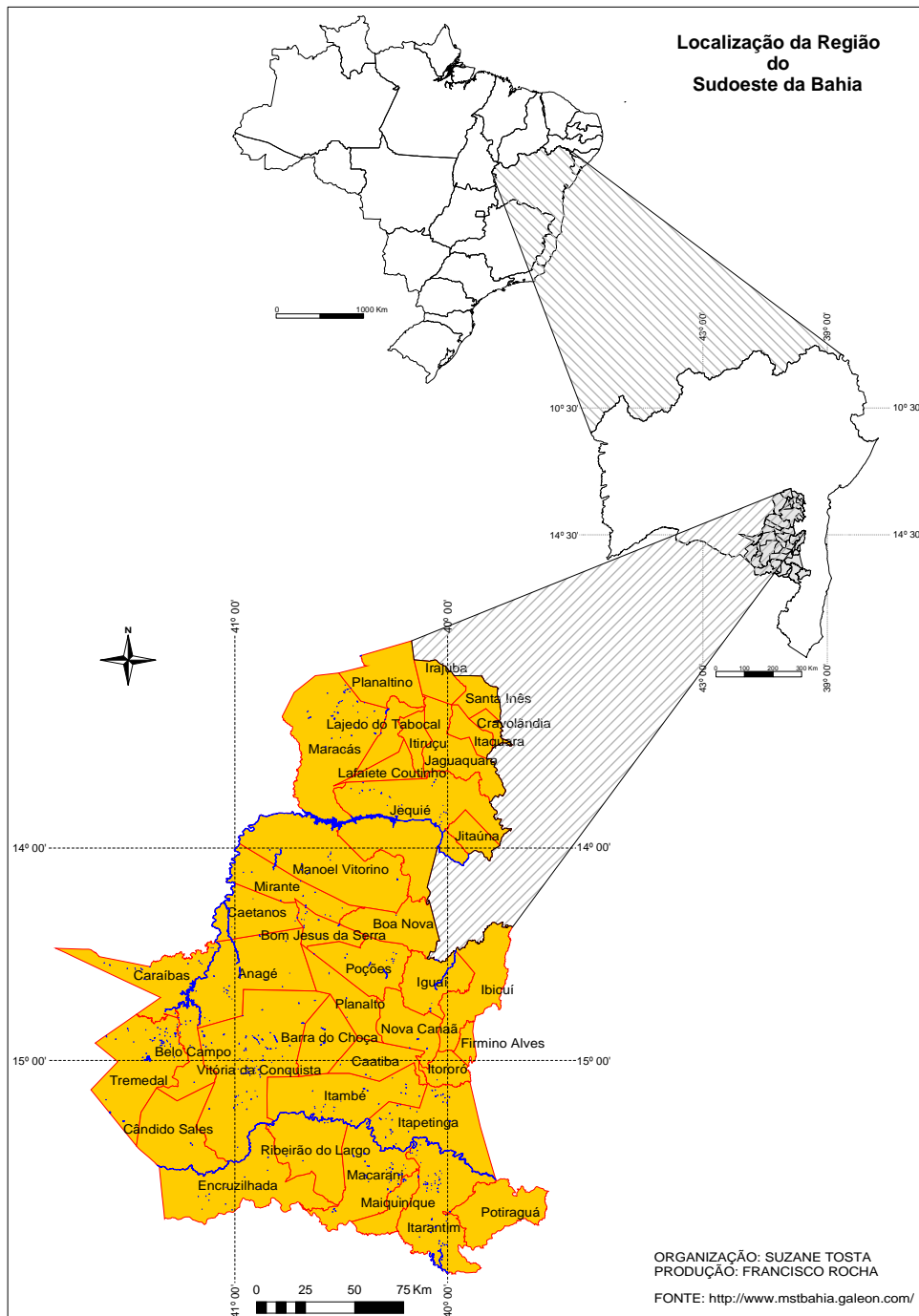
<sup>11</sup> Sobre isto, Bombardi (2004) ao analisar os camponeses do Bairro reforma Agrária, localizado em Campinas, São Paulo, destaca que: "os processos gerais que movem a sociedade explicam aquilo que chamamos de específico, mas são também explicados por este" (p. 38). Acrescenta ainda que: "Trabalho com a idéia de que nenhum processo social pode ser analisado isoladamente. Assim, ao abordar o advento de um bairro rural em São Paulo a partir de um processo de reforma agrária implica, necessariamente compreender o contexto maior no qual ele está inserido e com o qual está relacionado hoje, bem como aquele que o determinou" (p. 37).

---

proprietários fundiários (a terra) e os capitalistas (os meios de produção) e só podem ser entendidas dentro dessa realidade.

Tratando-se mais especificamente do processo de povoamento, posse e apropriação privada da terra no Sertão da Ressaca e a fim de compreender as expressões atuais das classes sociais no território, adotou-se para investigação deste trabalho de tese, a regionalização econômica desenvolvida pela SEI, cujo critério baseia-se na definição da Região Sudoeste da Bahia, composta por 39 municípios, sendo esta menos abrangente que a denominação Centro-Sul do IBGE – que conta com um maior número de municípios. Esclarecemos, contudo, que tal definição não objetiva delimitar os processos sociais em uma dada área, o que contraria a concepção de método adotada por esta tese; mas buscar entender como os processos sociais se materializam no Sudoeste da Bahia, cujas demandas e relações ultrapassam seus próprios “limites”. Tal esforço metodológico, de forma alguma, procurou engessar os processos sociais, mas a partir desta singularidade compreender os processos gerais que compreendem a forma como o modo de produção capitalista atua no campo, e qual o papel que o Brasil e o Sudoeste da Bahia assumem na divisão social e territorial do trabalho, cujos objetivos é a garantia da reprodução do capital. A região administrativa Sudoeste da Bahia pode ser observada no mapa 01 a seguir.

Mapa 01 – Localização da Região Sudoeste da Bahia, no Brasil e na Bahia, 2008



Desta forma, buscou-se compreender, em diferentes momentos históricos, as demandas impostas ao Sudoeste da Bahia, dentro da divisão social do trabalho, e como esses processos se materializam e se contrapõem (em determinados momentos) as formas de organização social e as relações de trabalho já existentes. A partir de então, procurou-se entender o processo de apropriação territorial, a conformação das classes

sociais no território e os conflitos advindos da forma desigual na distribuição territorial e dos meios de produção, o que remete, historicamente, a longos e consideráveis conflitos – não só pela terra, quanto pelos meios de produzir a vida.

Assim, buscando resgatar alguns desses conflitos adotou-se o critério da SEI – o da Região Sudoeste, essa definição tem como ponto de referência a capital Salvador e foi definida historicamente em direção a uma porção do Estado da Bahia, apesar de compreendermos que os processos não se limitam a um espaço dado, delimitado, mas espelham aspectos múltiplos, internos e externos a delimitação espacial. Portanto, a adoção do critério de regionalização da Região Sudoeste se fez por mera definição didática, para fins de compreender alguns conflitos de classes e pela terra no território, o que não significa isolá-los da totalidade das relações sociais, sob a égide do modo de produção capitalista, por meio da qual pode ser melhor compreendida.

Por outro lado, por se tratar de uma tese, onde o estudo apresentado deve respeitar os limites de tempo estabelecidos, a definição espacial, embora não definitiva, se fez necessária. Portanto, para a compreensão do atual estágio da luta de classes existente no campo brasileiro – com destaque a luta pela terra, buscou-se resgatar na singularidade de processos ocorridos em municípios do Sudoeste da Bahia o entendimento da totalidade existente no campo brasileiro, do embate entre as classes sociais, o papel do Estado, as alianças entre as classes dominantes e o capital e as estratégias de resistências e permanências forjadas no âmbito dos trabalhadores assalariados e camponeses. Contudo, para almejar o entendimento da totalidade julgou-se necessário compreender o processo de ocupação do Alto Sertão Baiano e de que forma este processo rebate na ocupação dos municípios trabalhados, localizados na Região Sudoeste da Bahia.

A fim de entender a luta pela terra no campo brasileiro, optou-se por trabalhar com assentamentos e acampamentos rurais, para apreender os diversos momentos de territorialização camponesa. Quanto aos assentamentos, foram observados o Cangussu e Pátria Livre, ambos localizados no município de Barra do Choça. No primeiro, foram assentadas 60 famílias no ano de 1998 e no segundo 23 famílias que trabalham de forma coletiva, em uma experiência nova desenvolvida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Sudoeste da Bahia, a partir de 2004. Os acampamentos trabalhados foram: o Roseli Nunes, (atualmente no município de Itambé) em que mais de 30 famílias estão, há mais de 6 anos, na luta pela terra e o Ojerferson, localizado nas

bordas da Barragem de Anagé, no município de mesmo nome, em que 23 famílias estão, há mais de 4 anos, esperando a emissão de posse dessa área.

Além disso, foram sujeitos de investigação da pesquisa, comunidades camponesas vinculadas ao Movimento dos Pequenos Agricultores, com destaque aos núcleos localizados no município de Anagé, nas localidades de Caçote e Poço da Vaca. Também, foram analisadas as estratégias de reprodução camponesa implementadas pelos agricultores do Distrito de Quaraçu (e nas localidades da Lagoa Nova e Lagoa do Timóteo), no município de Candido Sales, cuja principal atividade é o cultivo da mandioca e o que garante a reprodução das famílias é o subproduto – a farinha. Nesses municípios buscou-se ainda investigar a chegada do monocultivo do eucalipto, financiado pelo poder público e as formas de organização desenvolvidas pelos camponeses para defenderem suas terras de trabalho.

A partir da aproximação com os movimentos sociais atuantes no Sudoeste da Bahia, bem como com as Secretarias de Agricultura dos municípios, em destaque o município de Vitória da Conquista, foi se dando o contato com outras comunidades, cuja estratégia de reprodução social despertou-nos o interesse em acompanhá-las mais de perto. Foi o caso da comunidade de Lagoa das Flores, localizada nas proximidades do espaço urbano da cidade, onde mais de 700 famílias sobrevivem da produção agrícola – com destaque a horticultura, possuindo importante participação no mercado regional de produtos tais como: alface, coentro, cebolinha, beterraba, cenoura e outros, mas também, através da comercialização dos mesmos, garantindo sua reprodução social num local “encravado” no que administrativamente foi definido como área urbana. Também acompanhamos a atuação da Secretaria municipal de Vitória da Conquista no que se refere ao assentamento de população no campo, cujo Projeto Casulo passa a ser o exemplo mais significativo. Procuramos ainda com relação à secretaria da Agricultura de Vitória da Conquista, acompanhar algumas ações voltadas à agricultura familiar<sup>12</sup>.

É perceptível que a base de sustentação da luta camponesa e da ocupação de terras na região, bem como a organização dos trabalhadores assalariados, é muito mais ampla e não se limita a atuação dos movimentos sociais rurais organizados. Nesse processo, importância fundamental coube a frações da Igreja Católica, mais propriamente

---

<sup>12</sup> Embora, ao longo do trabalho, optemos por trabalhar com a agricultura camponesa, a lógica dos programas municipais, estaduais e mesmo federais é a da agricultura familiar, ou seja, da inserção no mercado. O debate entre agricultura camponesa e agricultura familiar será retomado ao longo da tese.

a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), aos partidos políticos de esquerda, com destaque para a atuação do Partido dos Trabalhadores (PT) e de alguns de seus membros – na organização de posseiros para não saírem de suas terras, e de trabalhadores que foram proletarizados (a exemplo da criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT e a realização de greves, como a histórica greve do café, ocorrida em 1980), além de várias outras ações voltadas ao apoio dos camponeses e trabalhadores assalariados. Foi fundamental a realização de entrevistas com pessoas que participaram ativamente desse processo, bem como o acesso a documentos e bibliografias que tratam do assunto.

Na tentativa de resgatar a história de luta dos trabalhadores assalariados e camponeses pela terra, no Sudoeste da Bahia, mantivemos o contato com os posseiros de Matas de Pau-Brasil, localidade onde aconteceu, na década de 1970, um dos maiores conflitos pela terra na região. As informações foram obtidas por meio de realização de entrevistas as famílias camponesas que residem no local, bem como a militantes, advogados e pessoas que atuaram na área por ocasião do conflito; foi feito ainda um levantamento documental realizado nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Vitória da Conquista e do Museu Regional de Vitória da Conquista, vinculado à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Por meio de documentos, buscou-se ainda identificar o processo de proletarização dos camponeses, e, em paralelo, as formas de resistência dos mesmos, no sentido de continuarem em seus espaços de reprodução social. No primeiro caso, importância fundamental coube à realização da greve dos trabalhadores do café, considerado um importante episódio da organização dos trabalhadores assalariados da região: para melhor compreendê-lo, o levantamento documental, a realização de entrevistas com pessoas envolvidas no processo, o acesso a documentários e o levantamento bibliográfico sobre o assunto foram procedimentos fundamentais. No segundo caso, um exemplo concreto de resistência no campo ocorreu no conflito da fazenda São Domingos, onde também foi possível estabelecer um breve contato com os camponeses que residem na área, além do levantamento documental, também foi realizado por meio de pesquisas nos arquivos da CPT e do Museu Regional. Outro exemplo de resistência camponesa pôde ser visualizado a partir da construção da barragem de Anagé, nas margens do Rio Gavião, localizada no município de mesmo nome, onde as famílias camponesas que viviam no local se recusaram a sair de “suas terras”. Na luta dos pequenos proprietários e posseiros de da Barragem de Anagé, ocorrida no ano de 1988,

verifica-se a atuação de várias organizações de trabalhadores rurais e urbanos, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de municípios da região, bem como da Central Única dos Trabalhadores (CUT), além da Igreja – com destaque para a CPT e várias Dioceses da região, que se colocaram a favor dos camponeses que sofriam a ameaça de perderem suas terras. Estes lutavam pelo reassentamento, para não perderem a terra – condição fundamental da reprodução familiar.

Também em fins da década de 1980, mais precisamente no ano de 1987, no município de Vitória da Conquista, ocorreu a primeira ocupação de terras por camponeses e trabalhadores assalariados, na fazenda Santa Marta, que posteriormente se transformou no primeiro projeto de assentamento da região – o Assentamento Amaralina, onde foram assentadas 129 famílias, de acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O contato com esse assentamento vem sendo feito desde o ano 2000, por meio de realização de pesquisa e desenvolvimento de atividades extensionistas. Assim, os dados coletados referem-se à realização de entrevistas, aplicação de formulários, participação em eventos ocorridos no assentamento, bem como a pesquisa em documentos e acervo fotográfico disponibilizado tanto pela CPT, quanto a arquivos pessoais, por meio de visitas constantes à área.

Além da utilização de fontes documentais, com pesquisas realizadas junto a acervos públicos, a consulta a trabalhos já realizados sobre a reprodução camponesa, com destaque aos que abordam o Sudoeste da Bahia, documentos de secretarias municipais – como a Secretaria de Agricultura de Vitória da Conquista, bem como dados disponibilizados pelo INCRA, CPT, Movimentos Sociais, etc., foram de importância fundamental. Destaca-se, contudo, o acervo organizado e disponibilizado pela Comissão Pastoral da Terra na catalogação de dados e arquivamento de documentos referentes a conflitos de terra há mais de trinta anos, dando subsídios fundamentais a realização desta pesquisa; assim como a biblioteca do Museu Regional de Vitória da Conquista, tanto no que se refere a obras que resgatam a história do Sertão da Ressaca, quanto ao arquivo de jornais, desde a década de 20, do século 20 – que constituíram-se em importante material de pesquisa. Tais arquivos foram fundamentais para o entendimento da formação territorial e do domínio da terra e do poder local por parte de poucas famílias na região, dando indicativos importantes para se pensar a dimensão que os conflitos pela posse da terra assumiram a partir da segunda metade do século 20, mais

especificamente, após a década de 1970 quando o pólo cafeeiro foi implantado e novos conflitos de classe emergiram no território.

Na busca pela compreensão do papel político do campesinato e de um possível movimento no sentido de uma consciência de classe dos camponeses são analisados diversos episódios de resistências e permanências desses, com destaque a chegada dos Movimentos Sociais no Sudoeste da Bahia, já na década de 1990 e a conseqüente dinamização dos processos de ocupação de terras – quando o conflito de classes adquire novas proporções, conflitos entre posseiros e “proprietários”, empresas rurais e camponeses, policiais e sem-terra, dentre outros. Também são consideradas fontes fundamentais, no entendimento de uma atuação camponesa no Sudoeste da Bahia, o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Articulação do Semi-árido (ASA), que vem dando suporte para que os camponeses permaneçam em suas terras, convivendo com as condições do semi-árido.

A escolha de comunidades acampadas, assentadas, vinculadas a movimentos sociais ou não vinculadas, não significa que há um objetivo de se estabelecer um estudo comparativo a fim de privilegiar, no final da análise, esta ou aquela comunidade. Trata-se antes de buscar entender o processo de reprodução camponesa em todas as suas dimensões e possibilidades, na perspectiva da totalidade social, de acordo com o método adotado – o materialismo histórico dialético. Daí a incursão, ou melhor, o estabelecimento de uma relação dialética entre teoria e prática, em que uma está na outra e não pode ser compreendida separadamente. Assim, como afirma Lefebvre (1974), as singularidades só podem ser entendidas na totalidade em que estão inseridas; dessa forma, destacamos a especificidades da luta camponesa – na terra ou para entrar na terra – enquanto estratégias de permanência (em alguns casos, resistências) que se gestam a partir de um mesmo processo – a forma contraditória com que o modo de produção capitalista se desenvolve no campo brasileiro.

Por outro lado, de fato, a luta dos camponeses da comunidade de Caçote e Poço da Vaca, na caatinga de Anagé, para permanecerem na terra, difere da reivindicação dos trabalhadores rurais e camponeses acampados na lona preta – cuja essência principal é a luta para entrar na terra. São estes exemplos das especificidades da luta camponesa, que acontece nos vários territórios do país e mesmo de outros países da América Latina e do mundo. Na sua essência, expressa o conflito de classes existente no campo brasileiro, a disputa não apenas pela terra, mas pelo controle, ainda que relativo, do



processo do trabalho, que, na lógica capitalista, distancia o trabalhador do produto de seu trabalho e por isso mesmo o mutila. Ao se pensar no acesso à terra, como também a outros instrumentos de trabalho, pode-se concluir que o objetivo camponês da *terra de trabalho* pode significar um indicativo fundamental para se pensar um contraponto em relação à *terra de negócio*, capitalista, mercadoria que adquire valor, tão mais intensificada quanto maior seja a sua apropriação por parte de seus “proprietários” rentistas.

#### 4. Conclusões

A partir da realização de trabalhos empíricos em diversas comunidades no Sudoeste da Bahia, e o confronto com a teoria, priorizando-se a relação indissociável entre teoria e prática, pode-se considerar que se de um lado o modo de produção capitalista desenvolve-se no território, buscando inserir a sociedade em sua lógica de reprodução, por outro lado, igual e contraditoriamente os camponeses se reproduzem no território, a partir de diversas formas de permanências e resistências, na luta pelo direito de continuar existindo ou buscando novas frentes de luta por meio da ocupação de terras, via movimentos sociais. Contudo, estes se transformam, desenvolvem relações com o mercado, como meio fundamental de garantir a reprodução da família, convivendo, na maioria das vezes, no campo com muitas dificuldades, já que não são priorizados pelas políticas agrícolas desenvolvidas pelo país, ou quando estes passam a ser considerados, tais programas se voltam para a sua destruição total, através da conversão destes sujeitos sociais em agricultores familiares, completamente inseridos na ótica do mercado, fugindo dos princípios de relativa autonomia que caracteriza as relações camponesas.

As diversas formas em que o campesinato se reproduz leva a atualidade da luta de classes no campo brasileiro, cujas diversas expressões territoriais permitem o entendimento dos interesses antagônicos entre as classes sociais. É a partir da lógica contraditória da reprodução do capital, e seus reflexos no campo, que se pode entender as novas investidas no mundo do trabalho, enquanto um produto concreto da reestruturação produtiva frente a crise estrutural do capital, e mesmo a tentativa de negação da condição de venda da força de trabalho, que se constitui na única forma possível de existência para milhares de trabalhadores sem terra no país. Por outro lado,

este processo reproduz o seu contrário: a luta pelo trabalho e a luta pela terra como condição fundamental do acesso ao trabalho e ao produto do trabalho.

É a partir do confronto entre as classes no território, aqui entendido enquanto uma expressão concreta da luta de classes, que se pode entender as tentativas de implementação dos projetos do capital no campo, as relações capitalistas de produção e suas expressões atuais, com base na exacerbação da precarização do trabalho e mesmo do não acesso ao mercado de trabalho *versus* a luta daqueles que buscam, a partir da terra, a possibilidade de se apropriar do produto do trabalho, ainda que subordinados a lógica do capital, mas sobremodo no que se diferencia deste.

Assim, pode-se compreender a luta dos trabalhadores rurais e urbanos pela terra, como possibilidade concreta de realização social, e a luta dos camponeses que permanecem no campo com uma série de dificuldades de se reproduzirem. Estes não querem sair do campo, porque sabem que as cidades não mais lhes oferecem oportunidades de se reproduzir dignamente. É a partir deste entendimento que se buscou compreender o processo de reprodução camponesa no Sudoeste da Bahia, enquanto uma singularidade que só pode ser entendida e explicada a partir de sua inserção na totalidade, que representa a própria forma de realização, desigual e combinada, do sistema do capital, e seus rebatimentos nos diferentes territórios.

A partir de pesquisa de campo, sobremodo com base em pesquisas documentais, constatou-se que a implementação das relações capitalistas no campo, a partir da necessidade da inserção do Sudoeste da Bahia, no sistema da reprodução ampliada do capital, representou uma mudança radical nas formas de organização social e nas relações de produção desenvolvidas até então no território. Uma destas mudanças substanciais diz respeito à forma de uso da terra. Esta, até então, tinha como princípio fundamental o uso e a posse. Com o processo de “modernização” via implantação do cultivo do café, estas passam a sofrer um processo de valorização, sendo objeto de disputas entre aqueles que viviam da terra há décadas e até séculos e aqueles que vêm na propriedade privada da terra a possibilidade de renda e de lucros crescentes. Assim, a terra se transforma em mercadoria e os conflitos no território são inevitáveis.

Neste processo, as terras passam a ser ocupadas por grandes fazendeiros – que visam a renda da terra, algumas empresas capitalistas – que passam a se instalar na região em busca de lucros crescentes e determinados setores da classe média – que

vêm na propriedade de determinadas porções de terra a possibilidade de ganhos futuros. Os camponeses passam a ser vistos como empecilho e o ideário é o da superação de suas formas de se reproduzir.

Assim, o processo de modernização implementado no território, por meio da difusão da cultura cafeeira, a partir da política estatal, promoveu mudanças significativas na vida das centenas de famílias camponeses que, em sua maioria, tinha no regime de posse da terra seu principal meio de sobreviver no campo. A partir de então os processos de titulação, grilagem como consequência da valorização das terras repercutiu na expropriação para muitas famílias camponesas, outras, entretanto, comunidades camponesas resolvem lutar pelos seus territórios. Esta é a realidade verificada entre os posseiros de Matas de Pau-Brasil, dos camponeses de Serra dos Pombos, da fazenda São Domingos e vários outros exemplos apresentados.

Apesar da resistência de muitas comunidades camponesas para permanecer em seus espaços de reprodução social, outros tantos são expropriados da terra e não vem alternativa a não ser migrarem para as periferias das cidades, onde buscam, na proletarização, a garantia da família, em trabalhos, geralmente, precarizados no campo e nas cidades.

Centenas e milhares de trabalhadores são expulsos do campo e vêm nas cidades seus principais lócus de reprodução social, mas o acesso ao mercado de trabalho não acompanha o montante de pessoas que migram em direção as cidades, que tornam-se proprietárias apenas de sua força de trabalho e não conseguem vendê-la para garantir seu sustento. O projeto de modernização assim significa a precarização das condições de vida dos camponeses e trabalhadores assalariados, representando ganhos significativos apenas para as classes dominantes. Portanto, aceita-se que a ação do Estado se fez não no sentido de promover o desenvolvimento pleno das pessoas no território, mas de criar as condições para a apropriação das classes dominantes dos meios de produção, os reais beneficiários do projeto de modernização, do desenvolvimento, que no entender do Francisco de Oliveira (2001) reproduz o atraso uma vez que não representou melhoria para a maioria da população local, para aqueles que vivem do trabalho.

Não por acaso, os municípios do Sudoeste da Bahia – que tinham a maior parte da população vivendo no campo sofrem uma rápida inversão, fato que explica, em grande parte, o crescimento urbano verificado na cidade de Vitória da Conquista. Dezenas de loteamentos são criados para atender a população migrante, mas o mercado de trabalho não é o suficiente para atender as demandas das famílias. Estas não se deslocam para a cidade em busca de melhores condições de vida, mas porque foram expulsos de suas terras, e não tinham mais nenhuma possibilidade de se reproduzir no campo. Nas cidades as condições objetivas são muito diferentes da situação anunciada pelo projeto de modernização, a precarização do trabalho, a informalidade e a marginalidade passam a representar possibilidades concretas de não-realização dos trabalhadores “livres”.

A modernização não conduz as milhares de pessoas que vivem nas periferias das cidades a uma condição de vida melhor, ao contrário: estas são colocadas a margem do mundo do trabalho, quando a precarização e a dificuldade na reprodução da existência torna-se uma possível realidade. Na degradação das condições de vida são estas famílias que vão se inserir na luta pela terra. É nesse contexto que se pode compreender o reacender da luta pela terra, impulsionada pela pobreza e a degradação das condições de vida no campo e nas cidades – mediante a precarização do trabalho e mesmo do não acesso ao mercado de trabalho.

Portanto, pensar o campesinato hoje significa considerar todas as dimensões em que tal reprodução acontece, quando nesta luta se inserem tanto aqueles que perderam suas terras, quanto trabalhadores rurais e urbanos que não viam na cidade possibilidades concretas de reprodução social, com as mínimas condições aceitáveis de realização por meio do trabalho. É nesse contexto que a luta pela reforma agrária retorna como fundamental no sentido de permitir o acesso a terra, como possibilidade de reprodução social, por meio do trabalho e da apropriação do produto do trabalho, ainda que relativamente, a centenas e milhares de trabalhadores sem terra no país.

Por outro lado, o próprio projeto de modernização é contraditório e traz em sua essência a degradação de vida para a maioria das pessoas. Com isso, para além do discurso do “desenvolvimento” e da “modernização” torna-se preciso entender como e de que forma estes discursos se fazem na prática, e como, ao buscar se territorializar, na expansão e controle das terras, o capital encontra diversos focos de resistência, daqueles que passam a lutar para não perderem seus territórios, onde a luta de classes se faz fundamental.

Mas, no Sudoeste da Bahia, tais exemplos não são suficientes para frear o desenvolvimento do modo de produção no campo. Milhares de camponeses são transformados em trabalhadores assalariados, e as vilas rurais assistem a um crescimento absurdo, novas vilas são criadas e abrigam um considerável exército latente e estagnado, daqueles que esperam na venda de sua força de trabalho a reprodução da vida da família. A paisagem da produção diversificada vai se mesclando com a produção do café. Em seguida, os projetos de criação de gado começam a se espalhar pelas áreas de caatinga, com novas pressões sobre as comunidades camponesas que se reproduziam nestes espaços. Noutros casos, os distritos rurais passam a abrigar os camponeses que perdem ou são expulsos de suas terras, estes assistem um crescimento considerável a partir da década de 1980, quando outros distritos são criados a partir deste período.

A miséria do campo se expressa na cidade, se materializa em territórios da miséria. Em final da década de 1980 o projeto de “modernização” encontra-se efetivado. Na cidade de Vitória da Conquista verifica-se a multiplicação de sua população. Diversas análises acadêmicas apontam para o crescimento urbano desconsiderando a verdadeira essência em que tal crescimento acontece, reproduzindo a miséria daqueles que vivem do trabalho, ou busca o trabalho na cidade. Longe de se considerar um projeto de “desenvolvimento” tal crescimento ocorre de modo que a maior parte da população passa a viver em condições de miserabilidade. A greve dos trabalhadores do café constitui-se em um marco histórico, pois demonstra a verdadeira face do projeto de modernização, e constitui-se de grande significado na mobilização das classes trabalhadoras.

A fim de denunciar e, posteriormente, buscando interferir em prol da melhoria das condições de vida dos trabalhadores assalariados e camponeses a atuação da Igreja, com destaque as CEBS e em seguida a CPT, tornam-se um dos principais pilares na luta pela terra. É a partir da atuação destes setores da Igreja Católica que a situação dos trabalhadores assalariados e camponeses é denunciada e são estes que, a partir de um trabalho de base nos bairros periféricos da cidade de Vitória da Conquista e outros municípios, dão os primeiros passos para as primeiras ocupações de terra ocorridas na região. A luta dos trabalhadores começa a agregar aliados, com destaque a participação de partidos políticos de esquerda e estudantes universitários e secundaristas, bem como de outros setores da sociedade civil. A organização dos trabalhadores reflete-se na fundação dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais e posteriormente as oposições

sindicais, tendo em vista o fato dos Sindicatos Rurais de Trabalhadores Rurais não mais representarem os reais interesses da classe trabalhadora.

A atuação do Estado foi fundamental, na medida em que criou todas as condições para que os latifundiários e as classes médias se apropriassem da terra, abrindo, posteriormente, a região para as empresas capitalistas. Os grupos capitalistas passaram a investir na região principalmente para se beneficiar dos recursos da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) criando novas possibilidades de aumentar seus lucros. É neste propósito que a fazenda Santa Marta é adquirida, sendo, posteriormente, arrecadada posto que, seus proprietários encontravam-se em dívida com o Estado. Nesta, inicia-se o processo de ocupação de terras, no ano de 1987. Daí em diante, a experiência acumulada pela CPT, partidos políticos de esquerda e entidades de luta da classe trabalhadora, passam a motivar uma série de ocupações na região: como os exemplos das fazendas União e Paixão, que se transformam nos assentamentos União e Etelvino Campos.

No ano de 1994 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) chega ao Sudoeste da Bahia e passa a organizar as ocupações de terra. A partir de então, contando com o suporte de outras entidades de luta pela terra, como a própria CPT impulsiona diversas formas de organização e luta pela terra. Daí em diante, diversas ocupações passam a ocorrer, prevalecendo até o momento. São camponeses pobres e filhos de camponeses sem terra, trabalhadores assalariados que já não conseguem sobreviver da venda de sua força de trabalho e trabalhadores assalariados urbanos, desempregados, marginalizados, precarizados – que passam a alimentar o anseio da luta pela terra – enquanto possibilidade única de vida e de trabalho. Desde a sua chegada, em 1994, até o ano de 2008, o MST atua em 20 assentamentos rurais e em 9 acampamentos – onde mais de 2 mil famílias lutam pelo direito à terra. A partir do MST outros movimentos sociais passam a atuar no Sudoeste da Bahia, tanto no sentido da “conquista da terra”, quanto no intuito de criar as bases para que os camponeses permaneçam na terra – a exemplo do MPA.

Por outro lado, além do cultivo do café (com destaque para os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça) e da criação de gado extensiva (nas áreas de caatinga), novos projetos do agronegócio passam a representar novas territorialidades do capital na região, constituindo-se novos processos de ameaça para os camponeses e trabalhadores assalariados. Suas expressões mais recentes são a monocultura do

eucalipto – em que as empresas passam a adquirir amplas porções de terra nos municípios de Encruzilhada, Candido Sales, Ribeirão do Largo, Vitória da Conquista e outros; bem como a tentativa de engessar a pequena produção camponesa nos projetos do agronegócio, convertendo-os em agricultores familiares, através, principalmente, da produção de mamona. Mas as entidades ligadas à luta pela terra, os movimentos sociais e as associações e cooperativas de camponeses já se organizam para resistir a estes projetos. A força do capital se expressa no território, mas os camponeses permanecem na luta pela manutenção de seus territórios, e mesmo da expansão deste, por meio da ocupação de terras. Na luta pela terra, cobram a interferência do Estado, forçando este a ser não apenas instrumento da classe dominante, mas também mediador dos conflitos, quando estes tornam-se inevitáveis.

Entretanto, o Estado continua a garantir todas as possibilidades da expansão do capital no campo, e é sobre este que recai a grande parte dos investimentos públicos. Por outro lado, os movimentos sociais e as entidades representativas dos camponeses e trabalhadores sem terra continuam sua luta no e pelo território. É neste conflito que se pode entender a produção do espaço no campo brasileiro, enquanto expressão concreta dos conflitos de classes antagônicas. O reacender da luta de classes, neste sentido, adquire dimensões territoriais que precisam ser compreendidas e consideradas pelo geógrafo, posto que este embate entre as classes representa a própria condição de existência de centenas e milhares de camponeses e de famílias de trabalhadores sem terra, que só através desta luta podem buscar possibilidades concretas de reprodução social.

Deste modo, a luta pela terra pode ser considerada a única e fundamental possibilidade para o campo brasileiro, no que pesem as reais condições daqueles que vivem do trabalho – os produtores diretos. Assim, representa a condição de sobrevivência e de trabalho para os camponeses que mantêm suas pequenas porções de terra e da busca de novas terras para aqueles que não a dispõem. A partir da conquista e manutenção da terra, pode-se evidenciar uma nova realidade no campo e a não homogeneização de paisagem, bem como nas relações de produção e nas formas de organização social. A terra camponesa, portanto, representa a possibilidade de apropriação do produto do trabalho, dos instrumentos de trabalho e da terra; em que, ainda que subordinada à lógica capitalista de produção, os camponeses resguardam certa autonomia, conduzindo a realização social pelo trabalho. São os camponeses que

garantem o abastecimento do mercado interno, portanto, a luta pela terra camponesa é uma luta de toda a sociedade, na busca da garantia da soberania alimentar e deveria ser considerada política prioritária do Estado. Contudo, as alianças historicamente estabelecidas entre as classes dominantes garantem a permanência e o controle da maior parte das terras agricultáveis nas mãos dos latifundiários rentistas e das grandes empresas capitalistas, como forma fundamental da garantia da renda e do lucro. Assim, não resta alternativa aos camponeses a não ser a luta pela terra, na direção da reforma agrária.

É preciso que se considere que, não se propõe aqui a reforma agrária enquanto perspectiva final de um projeto de sociedade igualitária, muito menos destaca-se a realização desta política pública enquanto uma via revolucionária. Para nós, claro está, contudo, que a luta pela terra e pela reforma agrária, constitui-se uma estratégia fundamental de garantia do acesso a terra aos produtores diretos, de forma a minimizar os impactos da atuação dos grandes projetos do capital no campo (na busca do lucro) e dos latifundiários que controlam as terras como forma de se apropriar do trabalho alheio, garantindo a renda da terra. Desta forma, o acesso à terra aos produtores diretos representa uma mudança significativa nas relações de trabalho e na apropriação do produto do trabalho, criando oportunidades a centenas e milhares de famílias no país (e no Sudoeste da Bahia, enquanto uma singularidade compreendida na totalidade das relações) de viverem do seu trabalho, garantindo segurança e soberania alimentar; repercutindo ainda positivamente na minimização da pobreza e da marginalidade, no campo e na cidade, levando os produtores diretos a garantir sua existência social com dignidade.

Este arcabouço deve ser considerado fundamental na direção da construção de outra sociedade mais justa, onde a questão do direito ao trabalho e a apropriação do produto do trabalho deva ser considerada central; mas que precisa se estender a socialização dos meios de produção. A terra camponesa, neste sentido, pode ser entendida como um importante passo na condução de outra sociedade, possível na superação da condição de alienação há que os trabalhadores encontram-se submetidos, e a consciência de classe necessária a condução de uma sociedade mais justa. O território, portanto, pode se deve ser compreendido, enquanto produto da luta entre classes antagônicas, que expressa o embate entre os projetos do agronegócio (que expropria o trabalhador do produto de seu trabalho) *versus* a terra camponesa (na condução e no resgate da realização pelo trabalho, condição fundamental a superação



da alienação, que conduza a uma verdadeira identidade de classe – em direção a uma nova produção do campo brasileiro e mundial).

#### 4. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1974.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Questão Camponesa: o signo sob o olhar dialético**. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, São Cristovão, Sergipe, 1991.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro (org). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994. 322p.

\_\_\_\_\_. **O Escravismo Colonial**. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 1985.

GRAZIANO, Francisco. O Brasil não precisa de reforma agrária. In: **Revista Veja**, Outubro de 2004.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **La Producion de L'espace**. Paris: Antropos, 1974.

LENIN, Vladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. Tradução de José Paulo Netto; revisão, com base no original russo, por Paulo Becerra; introdução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **O Estado e a Revolução. A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky**. Trad. Por Enrique Canary. São Paulo: Editora Instituto Luís e Rosa Sundermann, 2005. 240p.

LUKÁCS, Georges. **História e Consciência de Classe. Estudos sobre a dialética marxista.** Tradução Rodnei Nascimento; Revisão da tradução Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Tópicos).

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital. Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo.** Apresentação de Paul Singer; traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão.** In: *Revista Terra Livre*, São Paulo: AGB, ano 18, nº. 19, Jul-dez, 2002. p. 95-112.

\_\_\_\_\_. Atualidade do conceito de camponês. **Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos.** João Pessoa/PB, 2002a.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** São Paulo: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **O Cativo da Terra.** 7ªed. São Paulo: Hucitec, 1998. 157p.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política.** Editado por Friedrich Engels, 1894. Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. **Contribuição a Crítica da Economia Política.** Tradução Maria Helena Barreiro Alves. Revisão: Carlos Roberto F. Nogueira. – 3 ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2003 -. (Coleção Clássicos).

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-filosóficos.** Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MÉSZÁROS, István. **Século XXI – Socialismo ou Barbárie.** Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência.** São Paulo: USP/FFLCH, 1997. (Tese de Livre Docente).

\_\_\_\_\_. **As Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro.** Prova do Concurso para provimento de cargo de Professor Titular. FFLCH-USP, 03/03/1998.

\_\_\_\_\_. **A agricultura Camponesa no Brasil.** 4ª ed. – São Paulo: Contexto, 2001. 164p.

PAULO NETO, José. Introdução. In: LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.** (p. XX e XXI).

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1966.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 12ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

\_\_\_\_. **A Questão Agrária no Brasil**. 4ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

SANTOS, Antonio Luiz. **Produção de Riqueza e Pobreza na Expansão Cafeeira em Vitória da Conquista e Barra do Choça**. 1987. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, 1987.

SEOANE, José (Compilador). **Movimientos Sociales y conflicto em América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2004.

SHANIN (Comp.). **Campesinos y sociedades campesinas**. Tradução de Eduardo L. Suarez. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. 404pp. (El Trimestre Económico. Lecturas, 29).

SHANIN, Teodor. **A definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações**. In: Cadernos Cebrap, São Paulo, 1980.

\_\_\_\_. **La Classe Incomoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

SILVA, José Graziano da. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981

\_\_\_\_. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_. **A Nova dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Instituto de Economia, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

\_\_\_\_. **Formação Histórica do Brasil**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1962.

VEIGA, José Eli da. **A Face Rural do Desenvolvimento. Natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.